

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS  
126.204 SÃO PAULO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: JOÃO DUARTE CALLADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FELIPE TORRES MARCHORI</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA: PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INEXISTÊNCIA.**

1. De acordo com o estatuído no artigo 619 do CPP, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. No caso, não se verifica a existência de quaisquer desses vícios.

2. Embargos de declaração rejeitados.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI  
Relator

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS  
126.204 SÃO PAULO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: JOÃO DUARTE CALLADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FELIPE TORRES MARCHORI</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

## RELATÓRIO

### **O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão cuja ementa é a seguinte:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 400, § 1º, DO CPP. LEITURA DO DOCUMENTO EM PLENÁRIO DO JÚRI. POSSIBILIDADE. ARTS. 422 E 479 DO CPP. EXCEÇÃO DE SUPEIÇÃO. INEXISTÊNCIA, EM REGRA, DE EFEITO SUSPENSIVO. ART. 111 DO CPP.

1. Cabe ao juízo ordinário indeferir as diligências consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias (CPP, art. 400, § 1º), sendo inviável, na via do *habeas corpus*, avaliar a necessidade, ou não, do que requerido pela defesa. Precedentes.

2. Improcede o argumento de que a não abertura de vista ao Ministério Público, em sede de recurso em sentido estrito, impediria a defesa de realizar a leitura do laudo privado em plenário. É que, ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público e do defensor, oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência (CPP, arts. 422).

3. A exceção de suspeição não suspenderá, em regra, o andamento da ação penal (CPP, art. 111).

**RHC 126204 AGR-ED / SP**

**4. Agravo regimental a que se nega provimento”.**

Neste recurso, o embargante alega, em síntese, que existe omissão no acórdão embargado, *“por não enfrentar alegação extremamente merecedora de apreciação, qual seja, a ausência de ciência do órgão acusador de documento de suma importância para o julgamento do recurso em sentido estrito (...)”*, uma vez que o laudo juntado pela defesa tinha como objetivo desclassificar a conduta e, portanto, deveria ter sido analisado em momento anterior à submissão do acusado ao Júri. Requer, ao final, o esclarecimento da omissão ora apontada.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS  
126.204 SÃO PAULO**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

1. Não prospera a irresignação da parte embargante. De acordo com o estatuído no art. 619 do Código de Processo Penal, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado.

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do acórdão embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 619 do CPP, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

2. Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração. É o voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 126.204**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI**

EMBTE.(S) : JOÃO DUARTE CALLADO

ADV.(A/S) : FELIPE TORRES MARCHORI

EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **rejeitou** os embargos de declaração, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária